

## Capitalismo, meio ambiente e bioética: é possível alcançar a sustentabilidade?

NATHALIA BASTOS DO VALE BRITO\*

**Resumo:** O presente artigo visa trazer uma reflexão acerca da possibilidade ou não de um desenvolvimento sustentável dentro da ideologia capitalista, abordando a necessidade de considerar a ética nas análises econômicas e ambientais, e também a importância de se repensar as bases da ética clássica. Utilizou-se da metodologia bibliográfica para realizar uma análise do desenvolvimento sustentável como direito fundamental, além de trazer uma discussão acerca da viabilidade da noção de sustentabilidade na sociedade capitalista. Percebe-se que é imprescindível agregar à análise econômica e ambiental a noção de ética, mas esta deve ser pautada em novas premissas que superem o antropocentrismo como fundamento, buscando a noção de responsabilidade e solidariedade, que são bases da bioética.

**Palavras-chave:** desenvolvimento sustentável; capitalismo; bioética.

*Capitalism, environment and bioethics: is sustainability possible to achieve?*

**Abstract:** This article aims to bring a reflection about the possibility or not of a sustainable development inside the capitalist ideology, approaching the necessity of considering the ethics in economical and environmental analysis, and also the importance of re-thinking the classic ethics foundations. The bibliographic research was used as methodology, to analyze sustainable development as a fundamental right and to discuss about the viability of sustainability in a capitalist society. It is perceived that ethics should be present at economics and environmental studies, but the ethics should be based in new assumptions, that overcome anthropocentrism as a foundation, and seeking the notion of responsibility and solidarity, which bioethics is based.

**Key words:** sustainable development; capitalism; bioethics.



\* NATHALIA BASTOS DO VALE BRITO é mestranda em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara, graduada em Direito pela PUC-Minas, pesquisadora do CEBID-Dom Helder.

## **1. Introdução**

A sociedade moderna, fruto da razão tecnicista e baseada nas ideias de progresso, transformou a forma como o homem compreende a si mesmo perante a natureza e aos outros seres vivos. A possibilidade de transformação e manipulação dos recursos naturais e genéticos ultrapassou a fronteira de compreensão que o homem possui acerca do mundo à sua volta, o risco passou a ser um elemento constante da sociedade.

A dinâmica da sociedade capitalista contemporânea baseia-se no ciclo econômico da produção, distribuição e circulação de mercadorias, dependendo do consumo que é, ao mesmo tempo, fortemente estimulado. Este ciclo coloca o capital como o principal objetivo a ser alcançado, tornando-o um dos fatores onipresentes na sociedade, que influencia não só as esferas econômicas, mas também as sociais e culturais.

A ideologia capitalista vivenciada atualmente promove e, ao mesmo tempo, é promovida pelo modo de vida individualista e egoísta dos sujeitos pertencentes à sociedade. Esta ideologia de acumulação de lucros é incompatível com as noções de altruísmo, alteridade, distribuição justa de renda e solidariedade intergeracional.

As previsões para um futuro, não muito longe, não são das mais agradáveis. O impacto do ser humano no planeta é tão significativo que, caso continue no mesmo ritmo, a vida no planeta poderá se extinguir em um espaço de tempo relativamente pequeno.

Desta forma, é necessário repensar a forma de interação entre o ser humano e a natureza, buscando elucidar e concretizar a noção de sustentabilidade na sociedade. Entretanto, para tal é necessário desenvolver também uma reflexão ética que não pode se pautar nos

moldes antropocêntricos da ética clássica, mas que precisa pensar em novos substratos, que compreendam a noção de alteridade e responsabilidade, sendo a bioética um primeiro passo para essa nova reflexão.

O desenvolvimento sustentável, hoje, não é somente uma necessidade, mas é também um direito fundamental reconhecido internacionalmente. Neste âmbito, cabe questionar: Na sociedade capitalista, nos atuais moldes, é possível alcançar a noção de sustentabilidade? E qual o papel da ética na análise do desenvolvimento sustentável?

O objetivo geral do artigo é fazer uma reflexão acerca da sustentabilidade na sociedade capitalista atual, discutindo sobre a necessidade de trazer as discussões éticas na economia e nas análises ambientais, buscando também refletir acerca da bioética como um novo parâmetro ético para se pensar as atuais bases econômicas e ambientais da sociedade, como um passo inicial e necessário para a busca de uma possível sustentabilidade.

Utilizou-se da metodologia bibliográfica e teórica para desenvolver os objetivos específicos que são: analisar o desenvolvimento sustentável como direito fundamental; questionar a viabilidade do desenvolvimento sustentável frente às práticas capitalistas atuais e a monetarização das várias esferas da vida; avaliar a necessidade de se adotar uma análise ética da economia e do meio ambiente e verificar as peculiaridades da bioética e as contribuições que ela pode fazer na análise do desenvolvimento sustentável, o que ela pode agregar além da ética clássica.

O trabalho é dividido em quatro partes, sendo que a primeira traz a noção de desenvolvimento sustentável como

direito humano, a segunda faz uma reflexão da ideologia do capitalismo na sociedade contemporânea e as duas últimas buscam demonstrar a necessidade da ética, no âmbito da economia e do meio ambiente, sendo que na última especifica-se a bioética e a necessidade de se repensar a ética clássica.



## **2. Desenvolvimento sustentável e sociedade**

A expressão desenvolvimento sustentável surgiu no século passado e rapidamente se tornou popular, sendo objeto central de várias polêmicas e discussões. As preocupações que envolvem tal expressão surgiram com os avanços da Revolução Industrial, que mudaram totalmente a forma como o homem se relaciona com o meio ambiente.

A produção em massa, o aumento populacional, a melhora na expectativa de vida, a criação de novas tecnologias, os conflitos bélicos e subdesenvolvimento são fatores que agravaram os impactos ambientais no planeta, modificando o equilíbrio da biosfera e contribuindo para o agravamento de problemas como o aquecimento global, a escassez de água, a contaminação de oceanos e rios, e a extinção de espécies. E, mesmo com a

seriedade desses problemas, a busca incessante pelo crescimento econômico ainda segue aliada à falta de conscientização de grande parte da população mundial, devido à carência de educação ambiental.

Neste âmbito, a ideia de desenvolvimento sustentável ganhou destaque com o relatório de Brundtland em 1987, que trouxe recomendações que visam conservar o meio ambiente e manter a sua capacidade de regeneração, sem obstar o desenvolvimento econômico (RODRIGUES; LUMERTZ, 2014).

Analisando a evolução mundial e o contexto histórico dos países, percebe-se que as sociedades têm muitas necessidades além da posse de riquezas, sendo impossível afirmar que o crescimento econômico é fator essencial para o desenvolvimento. Isso porque o bem-estar de uma comunidade depende do acesso à educação de qualidade, do acesso à saúde, ao saneamento básico, à alimentação de qualidade e balanceada, à segurança, ao incentivo à cultura e o meio ambiente equilibrado.

Esse passou a ser uma importante meta das nações, convertendo-se em verdadeiro direito. Grande parte das Constituições vigentes na atualidade reconhecem e buscam garantir o meio ambiente adequado, que passa a ser um direito coletivo e comunitário, estendendo-se a todos os seres humanos independentemente do contexto social e econômico, demandando uma atuação humana conjunta e solidária para se alcançar uma vida digna (BURRIEZA, 2005).

A liberdade individual é um importante elemento para a superação dos problemas atuais, pois ela é o principal meio e fim do desenvolvimento, pois este

Consiste na eliminação de tudo o que limita as escolhas e as oportunidades das pessoas. (...) O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos (VEIGA, 2010, p. 34).

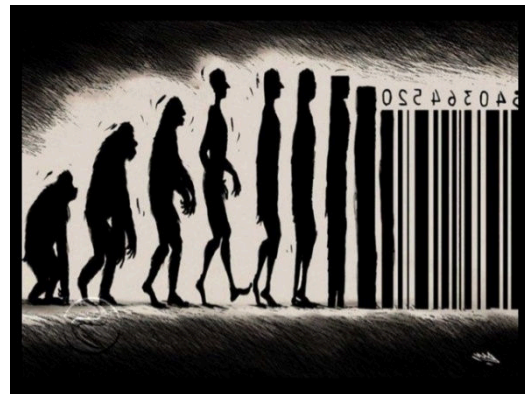
A sustentabilidade pode ser vista como uma alternativa equilibrada para tratar da possibilidade de se aliar o crescimento econômico e a conservação ambiental. O equilíbrio que a sustentabilidade busca trazer está exatamente em incentivar o desenvolvimento e não o crescimento econômico, através de uma utilização mais adequada dos recursos materiais e naturais, proporcionando benefícios para o conjunto da população, compatibilizando o crescimento econômico com a redução da pobreza e a conservação ambiental.

A necessidade do desenvolvimento sustentável se faz presente pelo fato de que este não diz respeito apenas às preocupações ambientais, ele é mais amplo e objetiva, em suma, a garantia dos direitos fundamentais (individuais e coletivos) das gerações presentes e futuras, buscando ofertar a estas a oportunidade de viver em um ambiente equilibrado, no qual possam exercer todos os seus direitos de forma livre. Desta forma, é imprescindível que se adote tal perspectiva não só nas agendas políticas e econômicas dos Estados, mas também como estilo de vida das populações, abandonando-se o consumismo e difundindo a consciência ambiental.

Portanto, o desenvolvimento sustentável não pode ser visto apenas como uma meta, ele deve ser considerado como um

direito humano e das nações, estendendo-se para as gerações futuras.

Entretanto, apesar de todo o escopo existente acerca das práticas que podem ser adotadas com vistas a alcançar esse nível de desenvolvimento, questiona-se se o sistema no qual o homem vive atualmente é compatível com a sustentabilidade. Em outras palavras, em uma sociedade globalizada, na qual impera a ideologia do capitalismo, que está presente não só na economia, mas sua lógica também se encontra impregnada na cultura e no inconsciente das populações, a noção de sustentabilidade se adéqua? É possível alcançar um capitalismo sustentável?



### **3. Capitalismo como ideologia e monetarização da vida**

Atualmente é difícil pensar a vida em sociedade fora das influências do mercado, podendo-se afirmar que hoje existe uma monetarização da vida em todos os aspectos, já que os valores éticos e sociais estão sendo muitas vezes preteridos pela lógica financeira do lucro, da riqueza econômica e da maximização da utilidade monetária. O mercado se estendeu às esferas da vida as quais não eram anteriormente compatíveis, hoje tudo pode ser mercantilizado, inclusive a vida, a morte, a honra, o nome, a dignidade humana e a integridade. Neste sentido,

Vivemos numa época em que quase tudo pode ser comprado e vendido.

Nas três últimas décadas, os mercados – e os valores de mercado – passaram a governar nossa vida como nunca. Não chegamos a essa situação por escolha deliberada. É quase como se a coisa tivesse se abatido sobre nós (SANDEL, 2012, p. 11).

A economia de mercado proporcionou à sociedade prosperidade material, mas em contrapartida favoreceu também a mercantilização da vida, já que o capitalismo “converteu-se na ideologia de si mesmo, como uma incitação à acumulação e à apropriação” (COURI, 2001, p. 67).

Por isso, é necessário repensar o papel do mercado na sociedade, tendo em vista o fato de que a sua influência na vida cotidiana gera situações de desigualdade econômica e corrupção de valores morais e éticos na sociedade. No mercado não há espaço para valorização do que é moral, não há estabelecimento de limites éticos, tudo é valorado pela sua grandeza econômica, monetária (SANDEL, 2012). Mas essa valoração é a única aceitável e desejável? A riqueza não pode ser medida de outra forma, ou somente o lucro e o dinheiro importam?

O mercado se ocupa dos bens e seu valor de troca, não se questionando acerca de outros valores humanitários; busca-se a rentabilidade máxima e imediata; não comporta investimentos de baixa rentabilidade, mesmo que essenciais à população; busca o imediatismo, não lida com problemas em longo prazo e tampouco lida com a ideia de bem comum (COURI, 2001). A sua base é a exploração desenfreada na busca da maximização dos lucros, reduzindo tudo ao seu valor monetário, mesmo àqueles bens que são incompatíveis com a valoração financeira.

Maria Beatriz Oliveira da Silva (2013) explica que o capitalismo está em uma

crise permanente, desdobrando-se em crise econômico-financeira, crise social e crise ecológica, e sendo causada pela própria irracionalidade do processo produtivo.

No tocante especificamente à crise ecológica, é possível afirmar que

Portanto, na origem da crise ecológica está o modo de desenvolvimento conduzido sem outro critério que não seja o da rentabilidade máxima do capital. Destarte, a tendência ilimitada à produção não é uma consequência natural da espécie humana, mas particular da produção capitalista, visto que é o resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira em torno da produção de lucro e não da satisfação das necessidades dos seres humanos. Por essa razão, é impossível entender a crise ambiental sem partir da compreensão da dinâmica econômica da sociedade capitalista. (SILVA, 2013, p. 127).

O capitalismo, portanto, baseado na busca incessante pelo lucro, pela valorização monetária da riqueza, pela lógica do acúmulo e exploração gera um nível de degradação ambiental e humana sem precedentes. Essa lógica está embutida no inconsciente da sociedade, já que o apelo ao consumo, uma importante base estrutural do capitalismo, a leva também a se tornar escrava da necessidade de acúmulo, tornando a mudança de comportamento e transformação da consciência uma tarefa árdua.

Nesses moldes, é difícil se pensar em sustentabilidade dentro do paradigma ideológico do capitalismo. A grosso modo, não se encaixa na lógica capitalista a preocupação com o meio ambiente, pois este é objeto e matéria-prima a ser explorada; os problemas gerados pela degradação podem ser



minimizados pelo progresso da ciência; as desigualdades econômicas e a exclusão social são reflexos da lógica do acúmulo de riqueza, que não é compatível com a distribuição de renda; a preocupação com as gerações vindouras não se compatibiliza com o imediatismo da sociedade capitalista, onde o pensamento acerca das consequências a longo prazo das ações é praticamente nula, denegrindo a ideia de responsabilidade; o individualismo e falta de cooperação prevalecem.

Alguns autores sustentam a incompatibilidade da noção de desenvolvimento sustentável e o modo de produção capitalista, pois

em sua versão sustentável, o ideal desenvolvimentista do modo de produção capitalista pressupõe a possibilidade do aumento da riqueza e prosperidade social sem que isto necessariamente implique aumento da degradação ambiental e das injustiças sociais. Entretanto, essa pretensão do sistema capitalista é essencialmente utópica, tendo em vista que, considerando seus fundamentos históricos, os princípios de sustentação social e política do capitalismo tardio são irreconciliáveis com a apropriada atenção aos problemas ecológicos e sociais contemporâneos, sobretudo, ao se notar que os elementos constituintes do capitalismo não se desvinculam de uma concepção política liberal, centrada da hegemonia de uma ideologia burguesa que apregoa o sucesso econômico como o único caminho possível para a sociedade. (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p. 578-579).

O desenvolvimento sustentável possui uma lógica de conservação, mas esta não rompe com a ideologia do crescimento econômico e a possibilidade exacerbada de acumulação de riquezas, sem

parâmetros úteis como definição de limites (VIZEU; MENEGHETTI, SEIFERT, 2013). Este fato é incompatível com a dinâmica biológica da natureza, fonte dos recursos naturais, que possui um ciclo vital de nascimento, crescimento, amadurecimento e degeneração.

Ademais, o objetivo de se alcançar a justiça social, um dos pilares do desenvolvimento sustentável não percebe que a lógica do capitalismo está inserida na desigualdade, principalmente no tocante aos detentores do meio de produção e os trabalhadores e prestadores de serviço, que estão inseridos numa dinâmica hierárquica. “Desta forma, ignora que em sua estrutura, as organizações capitalistas carecem de solidariedade interna uma vez que legitima a distribuição dos resultados da atividade empresarial de forma desproporcional em favor dos níveis superiores de direção” (VIZEU; MENEGHETTI, SEIFERT, 2013, p. 579).

Neste sentido,

O mercado não construirá a curto prazo uma saída para a imensa miséria de milhões e milhões de pessoas, não se empenhará essencialmente na solução dos problemas globais, como não superará o fosso tecnológico que separa o Terceiro Mundo do Primeiro (COURI, 2001, p. 83).

Desta forma, questiona-se a possibilidade de se pensar em bases sustentáveis numa sociedade capitalista nos moldes atuais, devendo-se refletir acerca da possibilidade de reconhecer a sua incompatibilidade. Especialmente pelo fato de que as práticas mitigadoras dos danos ambientais, a análise econômica do meio ambiente, as políticas conservacionistas e de inclusão social parecerem cada vez mais

paliativas e não eficazes para tratar as causas do problema, apenas mitigar os efeitos dos sintomas.

As possíveis soluções para a sustentabilidade no capitalismo, quando baseadas em parâmetros puramente econômicos e de viés pragmático podem ser eficazes, mas a mudança da estrutura depende também da valoração moral e ética das atitudes e práticas de mercado. A análise do desenvolvimento sustentável não pode se dar de forma alheia às considerações éticas, é preciso quebrar a indiferença moral a qual se insere o discurso econômico.

Segundo Michael Sandel (2012), a consideração da moralidade é uma necessidade imposta aos economistas, já que a monetarização da vida e mercantilização de bens não econômicos geraram situações de desigualdade social e corrupção dos valores de determinados bens não-econômicos. A valorização dos bens, materiais ou imateriais, por meio de preços é justificada economicamente pela preferência e interesse das pessoas em consumi-los, mas não há avaliação sobre o fundamento dessas preferências, se elas são dignas ou adequadas em determinados contextos.

Desta forma, a visualização do mercado através de uma lente moral impõe uma necessidade de refletir sobre os valores sociais os quais se deve preservar, buscando avaliar as riquezas não só de forma econômica, mas também através do reconhecimento dos ganhos sociais, culturais, artísticos e de benevolência, buscando uma convivência mais justa e harmoniosa da sociedade.

A busca pela democracia é um dos imperativos do desenvolvimento sustentável, já que este não se sustenta somente em bases de preservação ambiental e desenvolvimento econômico, mas também traz um viés

social que é imprescindível. Neste sentido,

Democracia não quer dizer igualdade perfeita, mas de fato exige que os cidadãos compartilhem uma vida comum. O importante é que pessoas de contextos e posições sociais diferentes encontrem-se e convivam na vida cotidiana, pois é assim que aprendemos a negociar e respeitar as diferenças ao cuidar do bem comum (SANDEL, 2012, p. 202).

Assim, no contexto do desenvolvimento sustentável, imprescindível é analisar-se o viés econômico e o viés ambiental, mas de forma a trazer a ética nas suas discussões.

#### **4. Análise ética da economia e do meio ambiente**

O caráter totalizante do mercado e a urgente necessidade de discussão da possibilidade de se concretizar o desenvolvimento sustentável, encarado como direito fundamental, impõe uma mudança de enfoque a ser dado à economia e ao meio ambiente, que não podem ser subtraídos da ética. É necessário adotar-se uma postura crítica e reflexiva sobre os objetivos que a sociedade almeja e os objetivos que estão sendo efetivamente alcançados, questionando-se a própria conduta dos agentes econômicos.

Considerando-se que duas das bases estruturais do desenvolvimento sustentável são a economia e o meio ambiente, imperioso é tecer considerações acerca de como a ética pode contribuir no estudo e na percepção desses elementos na busca pela sustentabilidade.

De acordo com Gregory Mankiw (2005), a economia se constitui no estudo de como a sociedade administra os seus recursos escassos, levando-se em

consideração também que, na maioria das sociedades, os recursos são alocados não por um único planejador central, mas pelos atos combinados de milhões de famílias e empresas, sendo imprescindível, portanto o estudo sobre como se dá a tomada de decisões e como e porque ocorrem as interações sociais.

Para alguns, a economia é puramente científica e técnica, buscando apenas avaliar a adequação entre meios e fins. O comportamento humano é visto como puramente egoísta, sendo que esse egoísmo é o que faz com que o ser humano aja em busca de seu próprio interesse, gerando a força motriz das riquezas materiais. Não cabe à economia indagar ou questionar acerca dos objetivos da sociedade, pois esse não é o papel dela, “a ciência econômica é percebida como uma ciência exata, expressa em fórmulas matemáticas, desvinculada totalmente de indagações nebulosas como os fins supremos que devem nortear a organização social” (BORGES, 2005, p. 5).

A análise puramente econômica do ser humano compreende que os indivíduos são maximizadores dos próprios interesses, ou seja, que as suas escolhas estão determinadas pelo maior ou menor benefício que possam obter delas (GALDINO, 2005). Entretanto, o ser humano não pode ser reduzido à sua faceta egoísta, nem mesmo é possível afirmar que a busca individual pelo próprio interesse pode gerar riquezas que beneficiarão a sociedade. O egoísmo e a busca pelo próprio interesse se constituem em fatores geradores de riqueza e prosperidade, mas também auxilia na criação de necessidades supérfluas que contribuem para a exploração desenfreada e degradação ambiental. Essa forma reducionista de encarar a economia e o comportamento humano não é suficiente para explicar e

lidar com a complexidade da sociedade atual.

Conforme visto acima, o conceito de economia traz a questão da importância das interações sociais na tomada de decisões quanto à gestão das riquezas, ou seja, toda a sociedade participa da economia, não existe um núcleo central que dita as regras. Portanto, a ciência econômica não pode ser cega ao fato de que o homem possui outras características além do egoísmo, é um ser complexo, imbuído de paixões, crenças, convicções, instintos e motivações que não podem ser quantificados economicamente e trazidos de forma abstrata e técnica ao estudo da economia.

A busca pela superação do tecnicismo e reducionismo da ciência econômica levou ao reconhecimento das importantes contribuições de uma análise ética do fenômeno econômico. A economia pode ser vista segundo um viés ético, sendo considerada não como um fim em si mesma, mas como um dos instrumentos hábeis a se atingir fins e objetivos mais importantes à sociedade, estando atrelada, também, à política.

A vinculação entre ética e economia permite a reflexão acerca do comportamento humano e da sociedade, buscando-se avaliar quais as motivações e objetivos mais sagrados a serem alcançados, quais valores devem ser preservados e quais podem ser sacrificados, além de avaliar as consequências de se abandonar o egoísmo como estrutura do comportamento humano, trazendo o altruísmo e a responsabilidade social como valores de importância (BORGES, 2005).

Assim, a análise ética da economia auxilia na superação de estruturas inerentes do capitalismo como o egoísmo, o lucro desenfreado, a



desigualdade e o acúmulo de riquezas, trazendo concepções como a necessidade de confiança mútua, transparência e boa-fé. Através da ética, também se indaga se a riqueza material é única forma de valorização do bem-estar da população, buscando formas alternativas de possibilitar aos indivíduos o poder de escolha e da autonomia de suas vidas, através da garantia do mínimo necessário e a abertura para a possibilidade de escolha, fazendo com que a riqueza se transforme em instrumento para garantir ao ser humano uma vida digna. Neste sentido,

Todas as maravilhas tecnológicas, a exuberante e abundante produção de bens e serviços de nosso tempo, a mecanização, todos os avanços da ciência, só terão mesmo um verdadeiro sentido se todos eles se destinarem a uma finalidade de ordem superior: servir ao *desenvolvimento de cada vida humana* em suas variadas dimensões (BORGES, 2005, p. 49).

Nesse âmbito, a ecologia e o meio ambiente também são importantes fatores a serem analisados na busca de um desenvolvimento sustentável. A crise ambiental é de uma complexidade tal que impede uma análise simplificada.

O primeiro passo a ser dado é a superação da compreensão do meio ambiente como sendo puramente um recurso escasso, que deve ser gerido de forma a obter uma maior eficiência na satisfação das necessidades humanas. A compreensão do meio ambiente sob este viés possibilitou a destruição dos recursos naturais na busca da criação de recursos materiais, formando um verdadeiro paradoxo, no qual se destrói para criar. A razão tecnicista e o ideal de progresso trouxeram como consequência impactos ambientais nefastos e riscos globalizados e intertemporais, na medida em que se pensa que a economia é autossustentável

e que as externalidades podem ser internalizadas de forma reversível.

Entretanto, a autossustentabilidade da economia não é uma realidade, a degradação ambiental atingiu níveis que não podem ser reparados integralmente e que geram reflexos em vários outros âmbitos da vida. Neste sentido,

Si queremos estudiar la economía desde un punto de vista global y en términos estructurales o sistémicos, como un sistema abierto interdependiente, tendremos que profundizar en el conocimiento de sus relaciones com otros sistemas sociales y naturales regidos por principios ecológicos y energéticos (NIEVES, 2014, p. 218).

Neste sentido, a perspectiva ecológica é de importante valia, já que possui uma abordagem holística e que leva em consideração a complexidade da realidade. Assim, ao se perceber o meio ambiente como um todo conexo, orgânico em que não há hierarquia, verifica-se que as ações e modificações feitas nos diferentes ecossistemas tem o condão de alterar o equilíbrio e gerar consequências que nem sempre podem ser previsíveis e quantificadas. O reconhecimento dessa questão pode levar ao amadurecimento da noção de risco, reconhecendo-o como presente em toda a atuação humana, demandando, em contrapartida, a adoção da precaução e da responsabilidade nas diversas atividades sociais e econômicas.

O tratamento da problemática ambiental deve ser integral e interdisciplinar, fazendo com que a economia do meio ambiente tenha também um viés político, de forma a guiar normativamente as ações para a busca de distribuição de renda, bem-estar social, qualidade de vida e do meio ambiente e considerações das gerações futuras. Esses objetivos somente serão alcançados se se colocar a

ética nas decisões políticas, de forma a buscar instrumentos para que o ser humano possa se realizar como pessoa e, também, de modo a refletir acerca dos objetivos que devem ser perseguidos pela sociedade, pois esses não podem ser arbitrariamente definidos, mas construídos hermenêutica e historicamente pela sociedade.

Entretanto, questiona-se a compatibilidade dessas medidas com a economia política capitalista e, neste sentido, Maria Beatriz Oliveira da Silva, faz uma importante reflexão:

É uma ilusão crer que a consequência “natural” desta crise seja que o sistema de produção capitalista venha a desmoronar como um castelo de cartas. De outra parte, não basta dizer que o capitalismo está em crise. A questão é saber o que vai substituir este sistema e que estratégias podem ser construídas no curto, médio e longo prazo e esta é uma luta política que também deve levar em consideração o poder de reagir de cada país. É preciso avançar nas contradições do sistema para ultrapassá-lo, pois, como afirma Paul Boccara, no ambiente de crise do capitalismo crescem as oportunidades de transformação. (...) No entanto, o fato de não guardarmos ilusões sobre a possibilidade de “ecologizar o capitalismo” através de uma “economia verde” e compartilhamos da tese de que existe uma incompatibilidade entre o meio ambiente ecologicamente equilibrado - garantido em várias constituições como um direito fundamental – e o modo de produção capitalista, não significa que não possam empreendidos combates por reformas imediatas “no” capitalismo, buscando construir caminhos que conduzam “para além” do capitalismo (SILVA, 2013, p. 129).

Compartilha-se do pensamento da autora, pois ao perceber a incompatibilidade entre a noção de desenvolvimento sustentável e o modo de produção capitalista, deve-se não simplesmente anunciar um iminente colapso da economia capitalista ou do meio ambiente, mas buscar refletir sobre as medidas que podem ser adotadas como forma de buscar uma perspectiva mais viável para o futuro.

O artigo não tem a pretensão de indicar novos moldes econômicos, mas visa abordar a importância do estudo e da discussão ética no âmbito econômico e ambiental, como um passo inicial necessário à reflexão acerca da possibilidade de se alcançar a sustentabilidade na sociedade e questionando as bases atuais do capitalismo. Para isso, deve-se também questionar as atuais bases da ética, o que é tema do tópico seguinte.

## **5. Por uma análise bioética do desenvolvimento sustentável**

Conforme foi visto, há uma necessidade de se considerar os aspectos éticos envolvidos na economia e no meio ambiente, para que se promova o desenvolvimento sustentável. Entretanto, para esse caso, a ética deve estar pautada também na consideração de outros seres vivos, não só o ser humano, o que vai de embate à ética clássica.

A ética clássica está localizada no espaço intra-humano, ou seja, no espaço onde se consideram apenas a existência humana e as suas relações no espaço e no tempo, que é o presente, o atual. Segundo Hans Jonas (2006), a ética tradicional é antropocêntrica, no sentido em que ela somente diz respeito ao relacionamento do homem para com outros homens e consigo mesmo, não há valorização para aquilo que é considerado exterior à essência humana, como a natureza, por

exemplo. Ademais, as noções de bem e mal são os valores morais de grande preocupação do agir ético, e são considerados nos seus efeitos imediatos, não havendo preocupações ou planejamentos em longo prazo, pois as máximas do comportamento estavam circunscritas ao momento presente.

Entretanto, a forma como o homem passou a lidar com os elementos externos à sua pessoa modificou de forma drástica, as formas de dominação da natureza pelo capital e o poder de transformação da realidade geraram e ainda geram consequências que ultrapassam os limites da ética clássica. O agir humano modifica não só a essência humana e traz alterações para o outro, também humano, mas também altera e desequilibra ecossistemas e outros seres vivos, modificações que não estão circunscritas apenas no tempo presente, mas possuem desdobramento em longo prazo, para um futuro incerto. Neste sentido,

a natureza modificada do agir humano também impõe uma modificação na ética. E isso não somente no sentido de que os novos objetos do agir ampliaram materialmente o domínio dos casos aos quais se devem aplicar as regras de conduta em vigor, mas em um sentido muito mais radical, pois a natureza qualitativamente nova de muitas das nossas ações descortinou uma dimensão inteiramente nova de significado ético, não prevista nas perspectivas e nos cânones da ética tradicional (JONAS, 2006, p. 29).

Desta forma, percebe-se que a ética clássica não possui um escopo adequado para tratar dos problemas ambientais e a questão do desenvolvimento sustentável, já que essa reflexão demanda o abandono da ideia de antropocentrismo.

Há que se pensar em novas fronteiras para a ética, através de uma reflexão

acerca do papel do ser humano no meio ambiente, sendo que um interessante ponto de partida é a bioética, já que esta “avalia, pois, as interações entre os homens, entre estes e outros seres vivos, isto é, é a Ética em todas as suas implicações com a vida, de forma a garantir sua continuidade e a construir parâmetros de dignidade” (NAVES; SÁ, 2013, p. 61).

As reflexões bioéticas devem, portanto, se desvincular dos parâmetros antropocêntricos da ética clássica, reinventando postulados como o bem comum, alteridade e justiça. Assim, a construção de uma bioética para o desenvolvimento sustentável deve refletir acerca do risco e da responsabilidade tomada em um sentido amplo, direcionada a outros seres vivos e às gerações futuras.

Segundo Ulrich Beck (2002), vivemos em uma Sociedade de Risco, na qual este é um fator presente e constante na sociedade, ele se apresenta como uma ameaça onipresente, imperceptível, invisível e irreversível, gerando um sentimento de insegurança global. A reflexividade também é uma característica da sociedade, já que esta possui uma dinâmica de reciprocidade global na qual os atos e consequências podem ser realizados e sentidos fora de limites territoriais, assim, a sociedade coloca ela mesma em perigo.

Ulrich Beck (2002) explica também que toda análise da crise ambiental deve se passar por uma reflexão cultural, não pode ser vista de modo separado ao ser humano, este não está além e nem acima da natureza, ele é natureza e esta é também o ser humano.

Há que se pensar acerca dos valores culturais que estão sendo propagados na atual sociedade capitalista, é tempo de refletir acerca do consumo, da diferença

entre necessidade e desejo, da busca pelo progresso a todo custo, acerca do capital e do lucro desumanizado, e da falta de empatia com o próximo, é tempo de pensar na alteridade, no outro que é diferente do ser humano e que ainda não se fez presente.

Assim, numa sociedade de risco, na qual toda a atuação e consciência humana geram insegurança, há a necessidade de se refletir acerca da responsabilidade e repensar os seus parâmetros clássicos, já que a questão de assumir a obrigação de reparar um dano que já ocorreu ou agir para mitigar riscos, não é uma assunção de responsabilidade suficiente na atual sociedade de risco.

Hans Jonas (2006) desenvolve a noção do princípio responsabilidade, que deve fundamentar um novo imperativo categórico ético. O ser humano deve levar em consideração não só os seus interesses, mas também o de outros seres. É necessário também que o ser humano reconheça que a sua nova maneira de agir perante o mundo demanda uma atitude de humildade, no sentido de reconhecer a grandeza do poder de modificação que se possui, e que esse poder muitas vezes ultrapassa a capacidade do entendimento e da previsibilidade, o que leva à necessidade de refletir acerca da própria condição humana no presente e no futuro.

Hans Jonas propõe um imperativo que, em suma, consiste em agir “de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” (2006, p. 47-48).

Esse imperativo, portanto, traz a preocupação com a humanidade, em seu caráter coletivo, cujos sujeitos a se preocupar não necessariamente são contemporâneos ao sujeito do referencial ético. Ademais, também traz a

necessidade de se pensar no meio ambiente em que se vive, pois, a preocupação com uma futura vida na Terra depende de condições externas favoráveis e permissíveis à manutenção de vida, ou seja, há também a preocupação com a biodiversidade. A responsabilidade se estende em longo prazo e é indeterminada, deve pautar, assim, todas as ações humanas, independentes do risco.

O princípio responsabilidade leva a pensar nas pequenas atitudes cotidianas que o ser humano toma hodiernamente, além de suscitar a reflexão acerca das convicções íntimas de cada indivíduo. Se somos responsáveis, devemos refletir acerca de nossas ações e termos consciência de que estas geram riscos, cabendo, portanto, escolher aqueles que devemos ou queremos assumir. Neste sentido, a liberdade é imprescindível, pois ela,

é viabilizada pela responsabilidade, como probabilidade de levar o homem a um lugar intermediário, onde ele tem sempre a possibilidade de, conscientemente, estranhar-se do seu mundo, questionando seus próprios valores e metas, a partir daquilo que hoje é a sua casa-morada, a sua concepção de humanidade e de bem, situando suas forças essenciais no tempo histórico de sua existência (NAVES; BRITO, 2012, p. 1529).

Portanto, a ética pensada nesta diferente perspectiva representaria apenas um passo inicial para se pensar numa reformulação dos moldes econômicos e modo de produção atuais, haja vista a incompatibilidade entre capitalismo e sustentabilidade.

A ética deve balizar a ação do homem para a busca do desenvolvimento sustentável, sendo necessária a reflexão acerca das escolhas de quais riscos devem ser assumidos, quais as posturas

que podem e devem ser tomadas e não temer refletir acerca das estruturas que impedem o desenvolvimento da noção de sustentabilidade na sociedade.

## **6. Considerações finais**

O presente artigo teve como objetivo primordial trazer à reflexão a questão do desenvolvimento sustentável como direito humano, abordando os principais entraves à sua real concretização. O objetivo foi trazer à tona as características atuais da sociedade, demonstrando quão problemáticas elas são e que essa complexidade demanda uma transformação do pensamento clássico que o homem vem desenvolvendo.

Percebe-se que as características do capitalismo e da sociedade atual, que determinam um modo de produção exploratório e que incentiva o consumismo exacerbado, é incompatível com a concepção do desenvolvimento sustentável, que traz a necessidade de aliar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental equidade social, pensando-se nas necessidades das gerações futuras.

O capitalismo é, em si, desigual e a manutenção da desigualdade é essencial para a continuidade de seu funcionamento, assim o acúmulo de riquezas de um lado e a exclusão social, de outro, são corolários necessários de sua lógica. Além disso, a preservação ambiental torna-se problemática no sentido em que o patrimônio natural é encarado como recurso natural, fonte de matéria-prima e passível de ser explorado para o suprimento das necessidades da sociedade, cada vez mais crescentes e supérfluas. A lógica do capitalismo, sustentado pelo consumismo e imediatismo da própria sociedade não é compatível com a noção de necessidade de preservação do meio

ambiente para as gerações vindouras, demonstrando a fraqueza da noção de responsabilidade e solidariedade.

Tendo em vista essa incompatibilidade, percebeu-se a necessidade de se pensar eticamente acerca dos problemas que se vive atualmente, pois a ética se apresenta como um importante instrumento para romper o círculo de pensamento e ação no qual o homem vive, refletir acerca da ética possibilita abrir o pensamento ao novo, ao não testado e contestar aquilo que nos é imposto acriticamente.

Desta forma, ao se perceber a insustentabilidade do capitalismo e do modo de produção atual, as reflexões éticas são essenciais para guiar o pensamento econômico e ecológico, como forma de se pensar os objetivos da sociedade e buscar uma noção maior de solidariedade, responsabilidade e consciência ambiental.

Entretanto, a ética clássica não é compatível com a nova complexidade de vida a qual o homem se insere, devendo ser repensada também as suas bases. A preocupação com os seres vivos, com o meio ambiente e com as gerações futuras demanda um novo imperativo categórico, baseado na responsabilidade e que leve em consideração o risco no qual o mundo está inserido e que é causado pela atuação antropocêntrica.

A atual conjuntura econômica, social e política sugere que pensar o desenvolvimento sustentável significa, primeiro, avaliar as condições nas quais ele pretende se concretizar, refletindo acerca da sua possibilidade numa sociedade baseada na lógica capitalista, discutindo sobre a necessidade de se mudar as suas estruturas, mudar a consciência humana e ambiental e, principalmente, pensar o ainda não pensado. As considerações éticas, principalmente as bioéticas, são



importantes como um primeiro passo a ser tomado nessas reflexões e na busca de um futuro humanitário viável.

#### Referências

BECK, Ulrich. ¿La sociedad del riesgo global como sociedad cosmopolita? Cuestiones ecológicas en un marco de incertidumbres fabricadas. In: BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2002, p. 29-73.

BORGES, Daniel Damásio. Ética e economia: fundamentos para uma reaproximação. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Direito internacional e desenvolvimento**. Barueri: Manole, 2005.

BURRIEZA, Ángela Figueruelo. Protección constitucional del medio ambiente em España y Europa. **Critério Jurídico**, Santiago de Cali, v. 5, p. 9-29. 2005. Disponível em: <<http://revistas.javerianacali.edu.co/index.php/criteriojuridico/article/view/239>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

COURI, Sergio. **Liberalismo e societalismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 154p.

GALDINO, Flávio. Introdução à teoria dos custos dos direitos; direitos não nascem em árvores. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. 380p.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006. 345p.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; BRITO, Franclim Jorge Sobral de. Segunda modernidade e responsabilidade: a questão ambiental a partir da interface entre tecnociência e ética à luz do pensamento de Hans Jonas. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 21, 2012, Uberlândia, **Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. p. 1514-1530. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=3d8e28caf901313a>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Por uma bioética da biodiversidade. **Revista de Bioética y Derecho**, Barcelona, n. 27 enero, p. 58-68. 2013. Disponível em: <[http://www.ub.edu/fildt/revista/pdf/rbyd27\\_artnaves&freire.pdf](http://www.ub.edu/fildt/revista/pdf/rbyd27_artnaves&freire.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2016.

NIEVES, Isabel Cristina González. Análisis económico de la ecología y el medio ambiente. In: AMARAL, Paulo Adyr Dias do; LEVATE, Luiz Gustavo (organizadores). **Extrafiscalidade ambiental e desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2014. p. 201-242.

RODRIGUES, Isabel Nader; LUMERTZ, Eduardo Só dos Santos. A economia verde como vetor do desenvolvimento sustentável. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 11, n. 21, p. 107-134. 2014. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/312/399>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

SANDEL, Michael J. **O que o dinheiro não compra**: os limites morais do mercado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 237p.

SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. Crise ecológica e crise(s) do capitalismo: o suporte da teoria marxista para a explicação da crise ambiental.

**Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 115-132. 2013. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/313/345>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 226p.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 569-583, set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v10n3/07.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

Recebido em 2016-07-15  
Publicado em 2017-03-06